

HABEAS CORPUS Nº 549.203 - AL (2019/0359746-3)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : **DEBORA TALITA DE OLIVEIRA MATIAS**
ADVOGADO : **DÉBORA TALITA DE OLIVEIRA MATIAS - AL0011803**
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS**
PACIENTE : **EDUARDO MEDEIROS FIDELIX (PRESO)**
INTERES. : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS**

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em benefício de EDUARDO MEDEIROS FIDELIX contra decisão liminar proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas (HC n. 0800287-92.2019.8.02.9002).

Consta dos autos que o paciente cumpre pena em regime inicialmente fechado, mas que foi solicitado, em 26/7/2019, a verificação de requisito subjetivo para progressão ao regime semiaberto, não tendo ainda resposta (mais de 2 meses e 15 dias se passaram).

Inconformada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante a Corte estadual, mas a liminar foi negada (e-STJ fls. 24/27).

Nesta ocasião, a defesa alega que o Juiz sentenciante manteve a custódia preventiva do paciente sob fundamentos abstratos, baseados tão somente na gravidade abstrata do crime.

Invoca a inconstitucionalidade do art. 44 da Lei de Drogas.

Dá alternativas de medidas cautelares diversas do cárcere.

Alega que não há motivos para que o executado seja mantido no regime fechado e que ele já tem direito à progressão de regime desde 26/7/2019.

Com base no exposto, pede, liminarmente e no mérito, que o paciente seja progredido ao regime intermediário.

É o relatório. **Decido.**

Superior Tribunal de Justiça

Consoante o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal e por este Superior Tribunal de Justiça, não se admite *habeas corpus* contra decisão denegatória de liminar proferida em outro *writ* na instância de origem, sob pena de indevida supressão de instância.

É o que está sedimentado no verbete sumular n. 691/STF: *Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar*, aplicável, *mutatis mutandis*, a este Superior Tribunal de Justiça, v.g: HC 117.440/PE, Quinta Turma, Rel. Min. JORGE MUSSI, DJ de 21/06/2010; HC 142.822/SP, Quinta Turma, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, DJ de 07/12/2009; HC 134.390/MG, Sexta Turma, Rel. Min. OG FERNANDES, DJ de 31/08/2009).

No caso, em que pese o despacho para envio de dados ter sido proferido há mais de 2 meses, como ora alega a defesa (e-STJ fls. 93), o excesso de prazo não resulta de um critério aritmético, mas de uma aferição realizada pelo julgador, à luz dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, levando em conta as peculiaridades do caso concreto, de modo a evitar retardo abusivo e injustificado na prestação jurisdicional, o que não é possível averiguar, de plano, superando a supracitada súmula.

Efetivamente, entendo que a decisão impugnada não apresenta ilegalidade manifesta que enseje uma avaliação antecipada pelo Superior Tribunal de Justiça, com a superação do enunciado sumular do Supremo Tribunal Federal, devendo a impetrante aguardar a análise do mérito pela Corte de origem.

Ante o exposto, com base no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro** liminarmente o *habeas corpus*.

Intimem-se.

Sem recurso, arquivem-se os autos.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator